

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Viamão

e Demonstrações Contábeis

2º Trimestre/2022

Viamão, 2022

DCONIFRS – processo nº 23419.000209/2022-81

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Alexandre Martins Vidor

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Alexsander Lemos Ferreira

Coordenador de Orçamento e Finanças

Carlos Edgar Sander

Contador

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício), em atendimento à setorial contábil do IFRS, consta a Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158746 – campus Viamão, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UG)		Código da UG	
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS VIAMÃO		158746	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 2º Trimestre de 2022, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 653 – Saldo alongado / indevido em contas de controle.</p> <p>O campus não enviou documentos de controle de contratos em execução que possam ser conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício. O saldo atual registrado no SIAFI é de R\$ 1,1 milhões em execução de obrigações contratuais. Providências relatadas: Não constam registro de ações diferentes daquelas já adotadas nos exercícios anteriores ou cronograma de ação atualizado das providências relatadas. O saldo não conciliado das contas de controle é recorrente no campus, constante como restrição contábil desde o exercício de 2019.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Viamão	Data	11/07/2022
Contador Resp.	Maicon Goulart Morales	CRC nº	85.488

Demonstrações contábeis do exercício de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Disponível em <https://ifrs.edu.br/viamao/documentos/balanco-patrimonial-2022/>, Balanço Patrimonial 06 JUN 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Disponível em <https://ifrs.edu.br/viamao/documentos/demonstracao-das-variacoes-patrimoniais-2022/>,
Demonstração das Variações Patrimoniais 06 JUN 2022.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/viamao/documentos/balanco-orcamentario-2022/>, Balanço Orçamentário 06 JUN 2022.

BALANÇO FINANCEIRO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/viamao/documentos/balanco-financeiro-2022/>, Balanço Financeiro 06 JUN 2022.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Disponível em <https://ifrs.edu.br/viamao/documentos/demonstracao-dos-fluxos-de-caixa-2022/>, Demonstração dos Fluxos de Caixa 06 JUN 2022.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/viamao/documentos/demonstracao-das-mutacoes-do-patrimonio-liquido-2022/>,
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido 06 JUN 2022.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Campus Viamão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

(a) Bens móveis

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título. Atualmente, aproximadamente R\$ 35 mil estão contabilizados à título de estoques e R\$ 1,97 milhões de bens móveis. Também não foi realizada a avaliação dos bens móveis/intangíveis para apurarmos o real valor do ativo imobilizado.

A divergência total do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial, em 30/06/2022, é de R\$ 16,3 mil.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Viamão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- VII. Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Caixa e Equivalente de Caixa

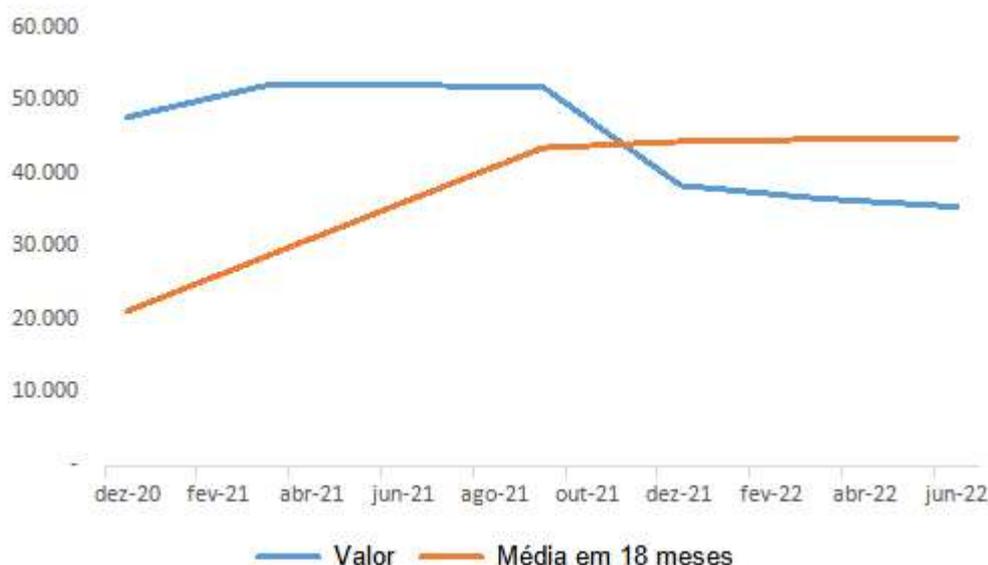
	jun-22	dez-21	AH (%)	R\$ AV (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	-	-	#DIV/0!	-
Recursos Liberados pelo Tesouro	64.361	-	-	100
Total	64.361	-	#DIV/0!	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Nota 2 – Estoques

Houve uma leve diminuição do volume de estoque no último trimestre. Estes são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios e materiais de expediente. O campus armazena, em média, R\$ 44,9 mil em almoxarifado.

Materiais em almoxarifado nos últimos 18 meses (valores em R\$)



Nota 3 – Imobilizado

No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelo campus é especializada, como, por exemplo, ativos de infraestrutura e materiais bibliográficos.

Bens Móveis

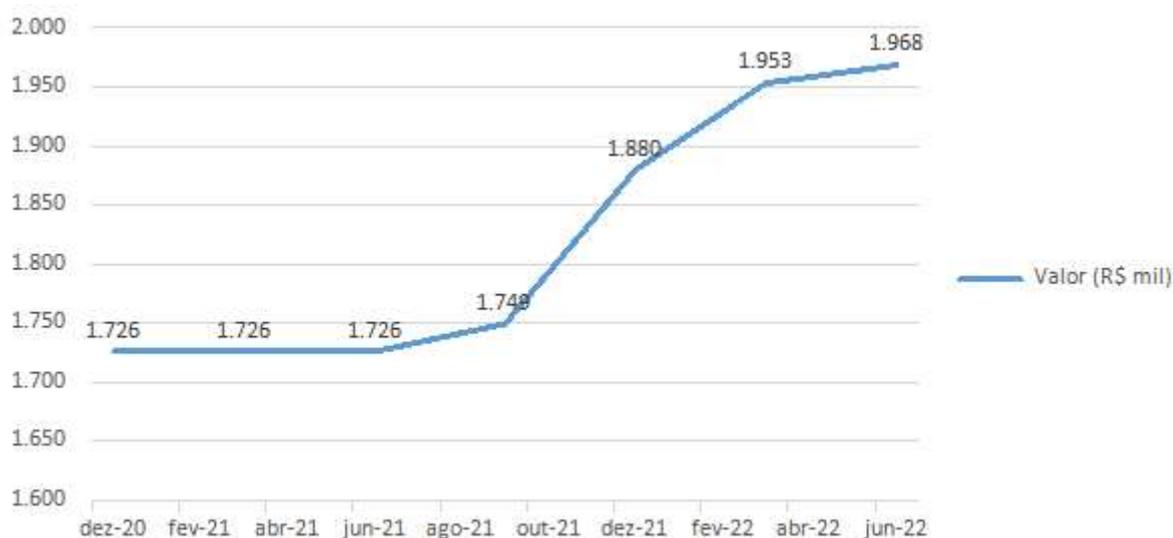
Os bens móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ 1,97 milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 831 mil (42% do total), seguido de mobiliário em geral, R\$ 502 mil (26% do total).

Bens Móveis

Bens móveis	2º trim. 2022	4º trim. 2021	R\$	
	Custo	Custo	AH (%)	AV (%)
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	831.694	769.324	8	42
MOBILIARIO EM GERAL	502.195	482.096	4	26
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	144.230	144.230	-	7
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	144.178	166.192	13	7
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	65.953	65.953	-	3
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	65.777	63.293	4	3
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	44.715	39.317	14	2
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	33.490	27.739	21	2
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	31.600	31.600	-	2
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	31.348	16.842	86	2
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	25.123	25.123	-	1
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	17.602	17.602	-	1
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	6.072	6.072	-	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	4.972	4.972	-	0
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	4.818	3.155	53	0
VEICULOS EM GERAL	3.998	3.998	-	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	3.697	3.697	-	0
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	2.400	3.697	35	0
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	2.038	2.038	-	0
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.359	1.359	-	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	989	989	-	0
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	250	250	-	0
= BENS NAO LOCALIZADOS	-	3.910	100	-
Total	1.968.497	1.883.447	5	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Evolução do Imobilizado – Bens Móveis nos últimos 18 meses (valores em R\$ mil)



Depreciação Acumulada de Bens Móveis

A depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 1,06 milhões, equivalente a 54% do custo de aquisição total dos bens móveis.

1. Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 270 mil a título de imóvel de uso educacional, sem depreciação acumulada.

Nota 4 – Intangível

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil indefinida, no valor de R\$ 897,00.

Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

O campus apresentou um saldo de R\$ 89,7 mil de obrigações, sendo todo o montante de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos no prazo de doze meses seguintes. Essas obrigações estão divididas conforme tabela a seguir.

Obrigações a Curto e Longo Prazo

	R\$				
	jun-22	dez-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Subtotal - Curto Prazo	89.691	199.494	- 109.803	-55%	100
Fornecedores e Contas a Pagar	16.636	192.631	- 175.995	-91%	19
Demais Obrigações a Curto Prazo	73.055	6.863	66.192	964%	81
Subtotal - Longo Prazo	-	-	-		
Total	89.691	199.494	- 109.803	-55,04%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

A maior parte das obrigações do campus se referem à demais obrigações a curto prazo, que representam 81% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

Dois fornecedores possuem créditos com o campus. Desse total, a União Brasileira de Educação e Assistência representa 69% do saldo total a pagar, apresentado em ordem decrescente na tabela adiante, que totaliza R\$ 16,6 mil.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor

	R\$	
	jun-22	AV (%)
UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	11.543	69
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE REFORMA AGRARIA	5.093	31
Total	16.636	100

Fonte: SIAFI, 2022

(a) **União Brasileira de Educação e Assistência:** referente a locação do imóvel utilizado como sede do campus;

(b) **Cooperativa dos Produtores Organicos de Reforma Agraria:** referente a aquisição de gêneros alimentícios para os lanches dos estudantes.

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

Demais Obrigações a Curto Prazo

	R\$				
	jun-22	AV (%)	dez-21	AV (%)	AH (%)
Consignações	62	0,1%	-	0,0%	
Incentivos a educação, cultura e outros	72.993	99,9%	6.863	100,0%	963,6%
Total	73.055	100%	6.863	100%	964%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a folha de pagamento ou a compras de bens e serviços.

(b) Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi superavitário em R\$ 151,2 mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$			
	jun-22	jun-21	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.096.833	711.354	54	725
Variações Patrimoniais Diminutivas	- 945.637	- 889.170	6	625
Total	151.196	- 177.816	185	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve um aumento de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Aumento nas transferências e delegações concedidas em R\$ 22 mil;
- II. Aumento nas transferências e delegações recebidas em R\$ 385,2 mil (54%);
- III. Aumento dos gastos no uso de bens, serviços e consumo de capitais fixo em R\$ 43,6 mil (8%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais

	R\$				
	jun-22	jun-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	1.096.833	711.354	385.478	54%	100
Transferências e delegações recebidas	1.096.602	711.354	385.247	54%	100
Valorização e ganhos com ativos	231	-	231		0
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	945.637	889.171	56.466	6%	100
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	597.192	553.542	43.650	8%	63
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	2 -	2	-100%	-
Transferências e delegações concedidas	22.014	-	22.014		2
Outras VPDs	326.431	335.627 -	9.196	-3%	35
Total	151.196 -	177.817	329.013	-185%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o aumento das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 385 mil, pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes ao orçamento anual destinado ao campus, com aumento de 54% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

O aumento de gastos ocorreu por conta do uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, no montante de R\$ 43,6 mil, totalizando nessa rubrica R\$ 597 mil (um aumento de 8%).

Isto posto, conclui-se no aumento do total de gastos, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 945,6 mil até o encerramento do trimestre.

O detalhamento da VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e de outras VPD's são demonstrados a seguir.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	R\$				
	jun-22	jun-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Uso de materiais de consumo	42.736	76.073 -	33.336	-44%	7
Serviços	450.149	386.629	63.520	16%	75
Depreciação, amortização e exaustão	104.307	90.841	13.466	15%	17
Total	597.192	553.542	43.650	8%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Destaca-se o aumento de R\$ 63,5 mil em serviços, equivalente a 16%, em relação ao mesmo período no exercício anterior.

As principais variações nos gastos com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Serviços

	R\$				
	jun-22	jun-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Diárias	392	-	392		0
Serviços técnicos profissionais	-	33.300 -	33.300	-100%	-
Serv. de apoio adm., técnico e operacional	130.300	136.947 -	6.647	-5%	29
Serv. de comunicação, gráfico e audiovisual	-	371 -	371	-100%	-
Serv. transp., passagem, locomoção e hosp. - PJ	959	614	345	56%	0
Serviços administrativos - PJ	302.575	209.513	93.063	44%	67
Serv. Água e esgoto, energia elétrica, gás	9.843	5.885	3.958	67%	2
Conservação/manutenção de ativos da infraestrutura	6.079	-	6.079		1
Total	450.149	386.629	63.520	16%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram diminuição de gastos no campus, na ordem de 3%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos. No segundo trimestre de 2022, o total de gasto nesta rubrica foi de R\$ 326,4 mil.

Nota 7 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária do órgão consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia R\$ 1,34 milhões. Houve um acréscimo de 19% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas correntes representam 99% do total empenhado no exercício, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Despesas Empenhadas - Composição

	R\$			
	jun-22	jun-21	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	1.329.982	1.123.878	18	99
Despesas de Capital	10.380	-		1
Total	1.340.362	1.123.878	19	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Entre as despesas empenhadas, destacam-se os outros serviços de terceiros - PJ, com R\$ 885,7 mil em empenhos realizados no exercício, seguidas das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor de R\$ 368 mil, equivalentes à 65,9% e 27,4% do valor total empenhado, respectivamente.

O percentual de liquidação dos empenhos no exercício é de 56,7%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve aumento de 2,9% nos empenhos com auxílio financeiro a estudantes e aumento de 27,5% nos empenhos com outros serviços de terceiros - PJ.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas empenhadas no campus.

Empenhos - Composição

NATUREZA DE DESPESA	R\$										
	jun-22					jun-21					
	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AV (% de emp.)	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AV (% de emp.)	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	885.682	885.682	376.674	42,5	65,9	694.650	694.650	338.013	48,7	27,5	
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	374.252	368.252	292.979	79,6	27,4	357.877	357.877	310.121	86,7	2,9	
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	34.852	31.852	26.200	82,3	2,4	37.380	37.380	-	-	14,8	
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	19.524	19.524	11.175	57,2	1,5	16.494	16.494	16.494	100,0	18,4	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	14.904	14.904	5.627	37,8	1,1	13.968	13.968	792	5,7	6,7	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.980	7.980	-	-	0,6	-	-	-	-	-	
MATERIAL DE CONSUMO	3.501	3.501	1.101	31,5	0,3	2.000	2.000	-	-	75,0	
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.000	3.000	392	13,1	0,2	-	-	-	-	-	
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	2.400	2.400	2.400	100,0	0,2	-	-	-	-	-	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.668	1.668	44.990	2.697,8	0,1	1.500	1.500	154.081	###	11,2	
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.600	1.600	52	3,3	0,1	1.656	1.656	-	-	3,4	
APLICACOES DIRETAS	541.248	1.668	-	-	0,1	71.109	1.500	-	-	11,2	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.100	1.100	-	-	0,1	8	8	8	100,0	13.396,9	
APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	-	-	-	-	-	954	2.000	-	-	100,0	
APLICACOES DIRETAS	214.620	-	-	-	-	6.000	-	-	-	-	
Total	2.106.330	1.343.130	761.590	56,7	100,0	1.203.596	1.129.034	819.508	72,6	19,0	

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Os principais favorecidos do período são listados na Tabela a seguir.

Empenhos por favorecido - Composição

FAVORECIDO	jun-22	
	DESP. EMP.	AV (%)
UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	688.126	51,3
INST.FED.DO RS/CAMPUS VIAMAO	407.104	30,4
PARANA LIMP SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI	65.193	4,9
B SERVICE PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI	50.895	3,8
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	41.394	3,1
BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	34.000	2,5
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS DE REFORMA AGRARIA	19.524	1,5
DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI	14.904	1,1
Demais favorecidos	19.222	1,4
Total	1.340.362	100,0

Fonte: SIAFI, 2022

Mais de 80% dos empenhos do campus estão concentrados nos dois primeiros favorecidos:

- **Inst. Federal do RS / campus Viamão:** empenhos destinados ao pagamento de assistência estudantil, permanência e moradia aos estudantes matriculados no campus;
- **União Brasileira de Educação e Assistência:** empenhos destinados ao pagamento da locação do imóvel sede do campus.

Nota 8 – Restos a Pagar

Conforme Tabela que segue, 41,8% dos Restos a Pagar Processados a pagar e Não Processados a liquidar corresponde à material de consumo, perfazendo o valor de R\$ 48,4 mil. Os equipamentos e material permanente correspondem a 24,4% do total de compromissos a realizar, no valor de R\$ 28,2 mil e, outros serviços de terceiros - PJ, 33,5%, no valor de R\$ 38,7 mil. Juntas, as três naturezas de despesas citadas correspondem a 99,7% do total de compromissos a realizar inscritos em restos a pagar.

Restos a Pagar - Composição do 2º trimestre

NATUREZA DE DESPESA	RP PROC. INSCRITOS	RP PROC. PAGOS	RPP A PAGAR	RP NAO PROC. INSC.	RP NAO PROC. REINSC.	RP NAO PROC. LIQ.	RPNP A LIQ.	AV DOS RPP A PAG. E RPNP A LIQ. (%)	R\$
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	175.000	175.000	-	74.019	31.311	66.581	38.749	33,5	
MATERIAL DE CONSUMO	17.400	17.400	-	59.685	4.131	15.427	48.389	41,8	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	-	-	53.590	-	25.390	28.200	24,4	
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	6.700	6.700	-	7.550	-	7.200	350	0,3	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	-	-	-	875	-	875	-	-	
MATERIAL, BEM OU SERVICIO P/ DISTRIB. GRATUITA	-	-	-	-	12.105	12.105	1	0,0	
Total	199.100	199.100	-	195.719	47.548	127.578	115.689	100	

Fonte: SIAFI, 2022

Na Figura a seguir a representação gráfica dos compromissos a pagar de Restos a Pagar por natureza de despesa.

Compromissos a Pagar – Restos a Pagar até o 2º trimestre



A totalidade dos compromissos a pagar de Restos a Pagar correspondem aos Restos a Pagar Não Processados, que equivalem aos compromissos assumidos com materiais que não foram entregues ou serviços que não foram prestados ao IFRS até o encerramento do exercício anterior.

Os principais Restos a Pagar Não Processados a Liquidar correspondem a:

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Favorecido - Composição do 2º trimestre

	R\$	
FAVORECIDO	RPNP A LIQUIDAR	AV (%)
TYPE COMERCIO E SERVICOS LTDA	42.750	39,5
VILE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	32.084	29,7
CENTRAL MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	28.200	26,1
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	3.360	3,1
A VIEIRA SERVICOS	1.000	0,9
ART PLACAS COMUNICACAO VISUAL LTDA	518	0,5
DANILLO KEYVE VIDEIRA RIOS 01530953260	232	0,2
Total	108.144	100,0

Fonte: SIAFI, 2022

Type Comercio e Serviços: empenho destinado a aquisição de mudas de videira para utilização em projeto contemplado pelo Programa Ecoviamão;

Ville Construções e Reformas: empenho destinado ao contrato do serviço de manutenção predial;

Central Móveis para Escritório: empenho destinado a aquisição de cadeiras.